

Resenha do livro “O que revelam os slogans na política educacional”

EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1ª ed. Araraquara/ SP: Junqueira&Marin, 2014.

Fabício Sprício

Pedagogo no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC/Criciúma; Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.
fabriciospri@hotmail.com

Para citar esta resenha:

SPRÍCIGO, Fabício. Resenha do livro O que revelam os slogans na política educacional. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 236 - 242, jan./abr. 2015.

DOI: 10.5965/1984724616302015236

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724616302015236>

Organizado por Olinda Evangelista, o livro intitulado “O que revelam os slogans na política educacional” reúne o resultado de investigações recentes de um grupo de recém-egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e de outros pesquisadores mais experientes. Ambos integram o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO) da mesma universidade. Partindo de um viés crítico e do anseio de compreender questões de fundo que perpassam algumas das políticas educacionais brasileiras, o livro constitui-se relevante fonte reflexiva acerca da materialidade social do país, especificamente neste período de intensas ondas de insatisfação que percorrem a nação.

Os artigos contidos na obra são resultados da solicitação feita pelas professoras e pesquisadoras Olinda Evangelista¹ e Eneida Oto Shiroma² aos seus ex-orientandos para “revisitarem suas teses e dissertações, de maneira a evidenciar os slogans em torno dos quais foram estruturadas as políticas que analisaram durante a pesquisa de doutorado” (p. 12). Com prefácio de Lucia Neves³ e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o livro apresenta oito capítulos, cada um contendo um slogan que, minuciosamente, vai sendo desmontado ao longo das análises empreendidas, com compreensivas doses inflamadas de indignação. Ao adotar a categoria de análise que busca aproximar-se da totalidade, a obra contribui para o conhecimento das condições de formação e enraizamento da hegemonia no Brasil atual, ao mesmo tempo em que adota uma postura contra-hegemônica que busca desconstruir, com sólido embasamento teórico-metodológico, o ideário amplamente difundido nas políticas educacionais do Brasil contemporâneo.

De autoria de Eneida Oto Shiroma (UFSC) e Fabiano Antônio dos Santos (UFMS), o primeiro capítulo, cujo título é nomeado “Slogans para a construção do consentimento ativo”, problematiza o Programa PDE-Escola como ferramenta de planejamento

¹ Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO/UFSC). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professora na Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO/UFSC). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Docente aposentada do Centro de Educação da UFPE. Membro do Coletivo de Estudos de Política Educacional sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.

estratégico de gestão educacional que incorpora recomendações de organismos multilaterais. Nessa perspectiva, tem contribuído para a introdução de uma nova racionalidade de gestão nas escolas, reduzindo-a a “aspectos técnicos, mensuráveis, que moldam o trabalho docente segundo expectativas externas à comunidade escolar” (p. 14). O que na visão dos autores tem provocado a fragmentação política dos sujeitos envolvidos, restringindo as atividades escolares a questões pontuais do cotidiano escolar. Ao priorizar os índices alcançados nas avaliações do rendimento escolar, o Programa institucionaliza uma nova racionalidade de gestão, contrariando a própria noção de planejamento. A partir dessas considerações, o capítulo evidencia que o PDE-Escola teve poucos efeitos na aprendizagem e no aumento dos indicadores; contudo, logrou êxito para produzir o consentimento ativo na comunidade escolar.

O segundo capítulo, “Professor: a profissão que pode mudar um país?”, apresenta um slogan⁴ cuja simplicidade e superficialidade pode mascarar o fato de que “o desenvolvimento do país supõe e impõe a adesão do professor ao projeto histórico burguês contemporâneo” (p. 48). Alegando que não podemos perder de vista que a área educacional é lócus de intensas disputas entre interesses de classes antagônicas, as autoras Olinda Evangelista (UFSC) e Jocemara Triches (UDESC) nos alertam que se vislumbra na atualidade um projeto neoliberal (com forte presença dos Organismos Multilaterais) para desviar a origem dos problemas socioeconômicos da relação capital-trabalho para seus efeitos superficiais aparentes, imputando à educação a responsabilidade de solucioná-los.

Com posicionamento forte e visão realista, as autoras argumentam que os estratagemas discursivos que compõem os documentos de política educacional propagam “a ladainha de que por meio da educação o sujeito ascenderá socialmente” (p. 54). Além disso, ao analisar o número de matrículas em cursos de graduação em Pedagogia no Brasil, o artigo indica a lógica nefasta das políticas de formação de professores, constituindo-se “um nicho de mercado para instituições privadas [...] uma

⁴ Por slogan se entende “expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc.” (HOUAISS, 2004).

vez que a dívida do governo com os professores é paga sob a forma de políticas precárias, com repasse de responsabilidades para o setor privado” (p. 64).

No terceiro capítulo, nomeado “Algumas questões relativas à proposição Sociedade do Conhecimento”, Cezar Luiz de Mari (UFV) sugere que a “sociedade do conhecimento” é um slogan persuasivo e polissêmico usado para sustentar as relações de poder entre os países de capitalismo central e periférico e para o aprofundamento da produção de lucro e acumulação do capital. Essa ideologia é articulada às orientações das políticas para a educação superior, recuperando em versão repaginada os pressupostos da Teoria do Capital Humano. No artigo, o autor analisa as posições teóricas de Daniel Bell e Manuel Castells sobre conhecimento e informação e os critica à luz da materialidade histórica e dialética. O autor salienta, ainda, que “nessa nova versão do capital humano, opera-se a inversão da responsabilidade estatal sobre a educação, cuja tarefa passa para a empresa e, em última análise, ao indivíduo, sem apoio do estado”. (p. 93).

No quarto capítulo, “Para além da “inclusão”: crítica às políticas educacionais contemporâneas”, Rosalba Garcia (UFSC) desenvolve um debate e tece reflexões sobre os conceitos de “inclusão social” e “educação inclusiva”, mostrando sua relevância no vocabulário político de organismos internacionais, ao mesmo tempo em que procura desvelar em que medida ganharam notoriedade, passando à condição de slogan nas políticas contemporâneas. A autora enfatiza que os discursos que fundamentam as políticas de inclusão colocam superficialmente uma fórmula para solucionar os problemas sociais, econômicos, políticos e educacionais presentes na sociedade contemporânea. Tal concepção fomenta uma aceitação acrítica da sociedade capitalista como sendo naturalmente harmônica e coesa, enfraquecendo o sentido de luta capital/trabalho que está na base das conquistas e derrotas populares em torno dos direitos sociais.

No quinto capítulo, Marival Coan (IFSC) nos traz a “Educação para o Empreendedorismo como slogan do Capital”. Nesse sentido, temas de empreendedorismo adentram o universo escolar como forma de adaptar o estudante à lógica dominante em vigência. Assim, argumenta que a educação para o empreendedorismo é justificada como forma de ampliar o espírito crítico empresarial,

contudo, pouca ou nenhuma referência é feita às causas das atuais mazelas sociais que se encontram no modo capitalista de produção. Nesse contexto, apoiado principalmente em Mézáros, o autor deixa explícito que educação não é um negócio; não é uma mercadoria. Propõe, portanto, que se deve “lutar para que o espaço da educação escolar seja de construção da contra-hegemonia, da emancipação humana e não simplesmente o da qualificação para o mercado”. (p. 166).

No sexto capítulo, “Aprender a Ser: princípios da Autoajuda na Política Educacional”, Adriana Cláudia Turmina (SENAC/SC) analisa como os pressupostos da autoajuda estão espalhados nos discursos educacionais. Segundo a autora, referenciada em Gramsci, tais princípios têm “a pretensão de preparar os indivíduos para viver mudanças, adaptar-se e assimilar novos valores necessários aos tempos de flexibilidade. Fala-se numa nova sociabilidade requerida, hoje, pelo capital”. (p. 174). Assim, segundo a autora, os discursos tanto da autoajuda como da UNESCO demonstram as características esperadas de um novo trabalhador apoiado no individualismo, na competitividade, centrado na lógica do mercado. A autora faz uma incursão por documentos amplamente difundidos, tais como o Relatório Jacques Delors “Educação: um tesouro a descobrir” revelando seus fundamentos teórico-metodológicos, os quais negam a perspectiva de classe e contribuem para a construção do cenário hegemônico ideal em tempos de neoliberalismo.

Prosseguindo, adentrando o capítulo sete, intitulado “Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional”, a professora da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Marilda Merência Rodrigues, discute o slogan da educação ao longo da vida como princípio organizador da política educacional, elucidando as justificativas principais que conformam essa vertente educacional no projeto propalado pela UNESCO e Comissão Europeia. Nesse sentido, a autora consegue, por meio de suas análises, retirar o slogan “educação ao longo da vida” de sua zona de acomodação, de expressão inofensiva, confrontando-a criticamente e concebendo-a como eixo orientador da política educacional disseminada por todo o globo terrestre por Organismos Multilaterais, principalmente a UNESCO.

Além disso, a autora enfatiza que a educação ao longo da vida é uma ideia que atende a necessidades de um mercado afoito por aumentar seu lucro ao mesmo tempo em que dá ao trabalhador a ilusória possibilidade de inclusão na chamada “sociedade do conhecimento”, atuando como instrumento para acalmar os ânimos e pacificar os sujeitos para lidar com a incerteza. Utilizada como eixo norteador das políticas de cunho neoliberalista, esta ideia de educação alimentada pelo individualismo, pelas intensas e rápidas necessidades de adaptação ao mercado de trabalho, apresenta-se como um problema real de esvaziamento da ação política, levando a uma nociva desagregação do sujeito social.

Por fim, temos o capítulo nominado “Considerações sobre o papel da educação eficiente como estratégia para o alívio da pobreza”, de João Zanardini (UNIOESTE), que trata da importância atribuída à educação eficiente, especialmente pelo Banco Mundial, para o alívio da pobreza. Nessa perspectiva, o autor problematiza que o referido organismo internacional colocou em sua agenda principal a gestão das necessidades básicas dos países de capitalismo periférico, o que permitiu que a educação despontasse como paradigma ideológico e focalizado para o alívio da pobreza, sem, verdadeiramente, ter a pretensão de eliminar as estruturas sociais que financiam as enormes desigualdades existentes no Brasil.

A educação, nesse sentido, é disseminada como panaceia, “como possibilidade de dotar os pobres de condições de saída de sua situação de pobreza”. (p. 278). Assim, se o sujeito está desempregado ou subempregado, é resultado da ausência de méritos em sua qualificação individual. Ou seja, culpabiliza-se, em grande medida, o processo educacional pela situação de pobreza em que vive parcela significativa da sociedade.

Enfim, a composição do livro se materializa em um esforço acadêmico e de pesquisa ao reunir oito artigos costurados sob a temática dos slogans persuasivos da política educacional brasileira que obscurecerem a realidade. Parafraseando Frigotto e Ciavatta (2003), a obra permite compreendermos que em determinadas épocas, certas palavras são focalizadas e outras silenciadas. Este entendimento sugere que a atitude mais adequada a se propor é a de vigilância crítica, buscando revelar o sentido e o

significado das palavras e dos conceitos, bem como compreender o que nomeiam ou escondem e que interesses articulam. E esta vigilância precisa ser aumentada em períodos históricos em que os conflitos e as disputas se intensificam.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 01, n. 01, 2003, p. 45-60.

Recebida em: 16/03/2015

Aprovada em: 14/04/2015

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista *PerCursos*

Volume 16 - Número 30 - Ano 2015

revistapercursos@gmail.com